



ESTUDOS DE GÊNERO:

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS RELAÇÕES DE PODER

Bruna Bejarano
Viviane Mocellin
(organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS

2021

VOL II



ESTUDOS DE GÊNERO:

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS RELAÇÕES DE PODER

Bruna Bejarano
Viviane Mocellin
(organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS

2021

VOL II



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisângela Abreu
Organizadoras	M. ^a Bruna Bejarano M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Imagem da Capa	Aklionka
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Carlos III de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, *Universidade de São Paulo*
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, *Universidade Federal de Roraima*
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México*
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca, Espanha*
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República, Uruguay*
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona, Espanha*
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, *Universidade Federal do Triângulo Mineiro*
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, *Instituto Politécnico da Guarda, Portugal*
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, *Universidade São Francisco*
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura, Peru*
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ivan Amaro, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío, Chile*



Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.^a Dr.^a Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.^a Dr.^a Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.^a Dr.^a Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.^a Dr.^a Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.^a Dr.^a Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.^a Dr.^a Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.^a Dr.^a Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E82 Estudos de gênero [livro eletrônico] : mudanças e permanências nas relações de poder: vol. II / Organizadoras Bruna Bejarano, Viviane Carvalho Mocellin. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
Edição bilíngue
ISBN 978-65-87396-41-5
DOI 10.37572/EdArt_140821415

1. Igualdade – Gênero – Brasil. 2. Mulheres – Condições sociais.
I. Bejarano, Bruna. II. Mocellin, Viviane Carvalho.

CDD 305.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

A coletânea “**Estudos de gênero: mudanças e permanências nas relações de poder**” surgiu da sugestão de autores de variadas áreas do conhecimento que se dedicam à compreensão de como as relações de poder que se estabelecem socialmente entre “masculinidades” e “feminilidades” influenciam praticamente todos os aspectos da vida.

Dados do *World Economics Forum* (Forum Econômico Mundial), publicados em dezembro de 2019, demonstram que, globalmente, ao ritmo atual, serão necessários aproximadamente 100 anos para que se alcance a igualdade de gênero, que é um direito fundamental essencial para a consolidação dos Direitos Humanos. Por outro lado, os dados também apontam que a desigualdade é fator de atraso econômico e social, e que os países com maior igualdade de gênero são também os países com maior IDH: Islândia, Noruega, Finlândia e Suécia lideram a lista dos países com maior paridade.

No relatório, o Brasil aparece na 92ª no ranking global, e ocupa a 22ª posição entre os 25 países da América Latina e do Caribe. Ou seja, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda há um longo caminho a percorrer, razão pela qual decidimos coordenar a elaboração de um livro dedicado aos diversos modos como os papéis e características atrelados ao gênero ainda são fator de desequilíbrio no acesso à vida política, à participação econômica, ao direito à saúde e educação, enfim, ao lugar social das pessoas.

É uma honra para nós, da Editora Artemis, podermos presentear o leitor com o Volume II desta coletânea, que traz textos sobre o papel da arte na construção (e desconstrução) de conceitos normativos e estereotipados sobre identidade de gênero, sexualidade e sexo (Capítulos I e II), transexualidade feminina na condição de encarceramento (Cap. III), violência obstétrica no Brasil (Cap. IV), liderança feminina e desigualdade de gênero no contexto organizacional (Cap. V) e, finalmente, dois relatos de estudos sobre relações e percepções de gênero no contexto educacional (Cap. VI e VII). Todos estes estudos contribuem para uma melhor compreensão das práticas sociais que atribuem papéis e identidades distintos a seus diferentes membros e como estas práticas estão ligadas às relações de poder e desigualdade.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura!

Bruna Bejarano
Viviane Carvalho Mocellin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O.R.G.I.A, UN CUERPO ARTÍSTICO DE TRES CABEZAS: *LAS TENDENCIAS FEMINISTAS Y QUEER COMO FORMACIÓN EN NUEVAS EXPRESIONES ARTÍSTICAS*

[Bartolomé Palazón Cascales](#)

[Leticia Fayos Bosch](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214151

CAPÍTULO 2..... 12

TRANSFOBIA E SUJEITO TRANS: UMA ANÁLISE LÉXICO-DISCURSIVA EM “BIXA TRAVESTI”

[Dina Maria Martins Ferreira](#)

[Ikaro César da Silva Maciel](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214152

CAPÍTULO 3.....25

FEMINILIDADES TRANS E CÁRCERE: A HISTÓRIA DE UM PROJETO

[Rosalice Lopes](#)

[Giovanna Loubet Ávila](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214153

CAPÍTULO 4..... 39

VIOLENÇA OBSTÉTRICA NO BRASIL: CONCEITO, MOTIVAÇÕES E AS RECOMENDAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE

[Anne Luise Pontes Cordovil](#)

[Dorinethe dos Santos Bentes](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214154

CAPÍTULO 5..... 48

TRAJETÓRIAS DE MULHERES LÍDERES DE DIFERENTES RAÇAS E NÍVEIS HIERÁRQUICOS

[Lucimar dos Santos Reis](#)

[Luciana Mourão](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214155

CAPÍTULO 6..... 68

GÊNERO E EDUCAÇÃO, NA ESCUTA DOS ADOLESCENTES UM APRENDIZADO

José Heleno Ferreira

Gabriel Henrique Duarte

Lorena Rodrigues de Souza

Maria Inês da Silva

Marília Fraga Cerqueira Melo

Michele Mariano Rodrigues

Nilmar José da Silva

Sabrina Brombim Zanchetta

DOI 10.37572/EdArt_1408214156

CAPÍTULO 7 93

**SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE E GÊNERO POR PROFESSORES DE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA CIDADE DO RECIFE**

Marina Magalhães de Andrade Lima

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

DOI 10.37572/EdArt_1408214157

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 105

ÍNDICE REMISSIVO 106

CAPÍTULO 3

FEMINILIDADES TRANS E CÁRCERE: A HISTÓRIA DE UM PROJETO

Data de submissão: 02/06/2021

Data de aceite: 09/07/2021

Rosalice Lopes

Doutora em Psicologia Social
Universidade Federal da Grande Dourados
UFGD - Dourados – MS – Brasil
Professora Adjunta do Curso de Psicologia
Faculdade de Ciências Humanas – UFGD
rosalichelopes@ufgd.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/5381853520391809>
<https://orcid.org/0000-0001-7976-0579>

Giovanna Loubet Ávila

Psicóloga Clínica
Universidade Federal da Grande Dourados
UFGD - Dourados – MS – Brasil
Mestranda do Programa de Pós-graduação
em Psicologia (PPGPsi) - UFGD
gloubetavilapsi@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5750876019663429>
<https://orcid.org/0000-0002-2916-6202>

RESUMO: Este texto apresenta os resultados obtidos na execução do projeto de extensão *Grupo de Diálogos Trans Femininos no Cárcere* da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, desenvolvido na penitenciária da cidade de Dourados – MS no ano de 2018. A metodologia usada na condução dos trabalhos inspira-se no modelo do Grupo de Diálogos

Universidade Cárcere Comunidade – GDUCC, criado pelo professor Alvino Augusto de Sá na faculdade de direito da Universidade de São Paulo – SP. Foram realizados encontros quinzenais com as transexuais, representantes da universidade e da unidade prisional de abril a novembro de 2018. Mais do que uma possibilidade de compreender distintas performances de gênero, a proposta possibilitou o desenvolvimento de uma postura empática diante da diversidade e complexidade humanas e, construir um diálogo horizontal, franco e ético entre os participantes.

PALAVRAS CHAVES: Transexualidade feminina. Gênero. Prisões.

TRANS FEMINILITIES AND PRISON: THE HISTORY OF A PROJECT

ABSTRACT: This text presents the results obtained in the execution of the extension project *I Group of Female Transversal Dialogues in the Jail of the Federal University of Grande Dourados - UFGD*, developed in the penitentiary of the city of Dourados - MS in the year 2018. The methodology used to conduct the work inspires in the model of the Dialogue Group University Jail Community- GDUCC, created by Professor Alvino Augusto de Sá in the law faculty of the University of São Paulo - SP. There were bi-weekly meetings with transsexuals, representatives of the university and the prison unit from April to November 2018. More than a possibility to understand

different gender performances, the proposal made possible the development of an empathic posture in the face of human and, to build a horizontal, frank and ethical dialogue among the participants.

KEYWORDS: Female transsexuality. Gender. Prisons.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade humana é um fato incontestável, porém sua admissibilidade é, ao mesmo tempo, complexa tendo em vista que vivemos num mundo de distintas práticas culturais, raças-etnias, posicionamentos ideológicos os quais produzem diversos saberes, regras, crenças, valores, mitos, proibições, performances de gênero e estratégias de (re) produção de realidades e verdades através de gerações que se sucedem e mantêm sobre elas um complexo controle psicológico e social.

Embora exista *o específico*¹ que caracteriza cada cultura, que é reeditado dos ancestrais às gerações que as sucedem, é importante destacar, segundo Morin (2000) que

Os que vêem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou a ocultar a unidade humana; os que vêem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. Ao contrário, é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade. (2000, p. 57)

Embora seja razoável admitir o complexo processo de interconexão entre o singular e o diverso, entre indivíduo e cultura e entre as mais distintas formas de trocas entre indivíduos e culturas, a inclusão daquele que é diverso em uma determinada cultura, ainda está distante do que poderíamos entender como aceitável. Segundo De La Taille (2017), no mundo caracterizado pelo individualismo, como é o nosso na atualidade, o respeito ao Outro como diverso subtrai às relações o valor moral devido. Para este autor, nos encontros ou confrontos entre humanos, “[...] presta-se muito mais atenção às diferenças do que à pessoa do outro” (2017, p. 41).

Da perspectiva da Psicologia Social, a biografia de cada indivíduo guarda espaços privilegiados que oferecem suporte à nossa identidade, percepção e memória. Bosi (2003) resgata do biólogo Von Uexküll (1956) a ideia de *caminho familiar*, para destacar que nosso círculo de experiências presenciais é finito, mas nosso “[...] espaço vivido é pequeno” (2003, p. 114).

A globalização e os avanços tecnológicos criaram a ilusão de que participamos intensamente do mundo que pertence a todos, mas na realidade, parece prudente admitir que conhecemos um reduzido espaço dentro dele e que repetimos um caminho familiar embora exista uma infinidade de outros caminhos disponíveis a nós e a outros. O caminho

¹ À exceção de palavras em itálico em citações, as demais são grifos das autoras.

familiar produz uma qualidade específica de confiança social, ou seja, um processo de estereotipia que se apodera de nossa vida mental e nos leva a colher aspectos do real já recortados e elaborados pela cultura (BOSI, 2003).

Segundo Bosi (2003) nem sempre estamos interessados em conhecer o novo, o diverso. A tendência comum é que sejamos insensíveis e desatentos ao que existe como resultado de um empobrecimento de nossas percepções e que produz uma miopia na classificação do diverso, a partir de mediações impostas. A identificação pelo semelhante, na repetição de noções simplificadas que se mantêm rigidamente ao longo da vida, nos torna imunes às novas experiências e nos leva a admitir que estereótipos correspondem ao que é natural para uma dada cultura.

A possibilidade de escapar às imposições culturais requer, para Bosi (2003, p. 116) que tenhamos simpatia, ou seja, “[...] uma afinidade pré-categorial do sujeito com o seu objeto, traz em si já uma intuição de ordem superior, que começa com a negação do óbvio e do já visto,” pois quando a socialização é apenas uma adoção acrítica das normas e valores de uma sociedade, ela produz medo do conhecimento e a verdade passa a ser a opinião comum.

Caminhar em direção ao conhecimento é, para Bosi (2003), superar o plano das opiniões, requer uma reorientação intelectual que pode desordenar as relações sociais, pois implica mudar de atitude diante do novo, pensar com liberdade e assumir as diferenças das coisas e, portanto, entre seres humanos.

Pensar o trabalho com mulheres transexuais em um presídio masculino é certamente uma transgressão das opiniões reiteradas sobre elas e exigiu do grupo envolvido no projeto, em 2018, a busca de uma postura humilde diante do desconhecido sobre a *transgeneridade encarcerada*, certamente distinta da que pode ser experimentada fora dos muros da prisão. Buscar proximidade à mulheres trans encarceradas é transgredir normas de conduta estabelecidas pelo dispositivo binário de gênero fazendo-se necessário, portanto, explicitar as diferenças entre sexo e gênero.

A palavra sexo refere-se, exclusivamente à dimensão biológica ou genital dos seres humanos, dessa forma, ter um pênis caracteriza o macho, ter uma vagina define uma fêmea e nascer com uma combinação imprecisa dos dois órgãos, conforma o intersexuado. Já o termo gênero apresenta um grande leque de conceituações em decorrência de posicionamentos distintos, inclusive no interior do movimento feminista.

Pscitelli (2009, p.146) dá destaque ao fato da masculinidade e feminilidade serem categorias criadas na articulação com outras categorias como raça/etnia e classe social, nacionalidade e idade. Os corpos das pessoas poderiam ser entendidos como sede de um complexo intercruzamento dessas noções, mesmo nos “[...] intersexos, travestis e

transexuais” que não se limitam às formas lineares de classificação que os tomariam apenas como homens e mulheres.

Butler (2017), avançando sobre as concepções de gênero as quais são entendidas como construção social/cultural, admite que

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere a descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos [...] Quando o *status* construído de gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (p. 26).

Admitir a dualidade do sexo como pré-discursiva, assinala Butler (2017), é uma das formas de se garantir a estabilidade da estrutura binária do sexo e é ainda um efeito do aparato de construção cultural que designamos como gênero. Pensar gênero como construção sugere um certo determinismo em seus significados, em corpos anatomicamente diferentes e passivos diante de uma lei cultural inevitável, fazendo parecer que gênero é tão determinado e fixo quanto a destinação biológica e, portanto, a cultura se torna destino.

Na busca de compreensão da representação corporal que é a expressão, na superfície corpo, da significação interna do gênero, nas distintas manifestações humanas, Butler (2017) propõe que pensemos gênero como um estilo corporal ou *ato* que é tanto intencional como performativo e, considerando “[...] que gênero é um projeto que tem como fim sua sobrevivência cultural, o termo *estratégia* sugere mais propriamente a situação compulsória em que ocorrem sempre e variadamente, as *performances* do gênero” (2017, p. 241).

Importante registrar que gênero é um *ato* que requer uma performance repetida a qual é, a um só tempo, reencenação e nova experiência de múltiplos significados já estabelecidos socialmente, assim como a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Para Butler “os vários atos de gênero, criam a ideia de gênero”, sem eles não haveria gênero algum, ou seja, toda ação de gênero é uma “[...] ação pública [com] dimensões temporais e coletivas” que, em sendo públicas, produzem efeitos na sociedade, sendo possível admitir que a performance mantém o gênero em sua estrutura binária. (BUTLER, 2017, p. 242)

Na continuidade da conceituação de gênero como performance, conceito crucial para a compreensão dos atos performativos das transexuais encarceradas, Butler (2017) afirma que o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou perene,

ao contrário, trata-se de uma identidade “[...] tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (2017, p. 242).

As performances das transexuais encarceradas devem ser compreendidas considerando-se o fato de que reeditam-se em atos absolutamente contidos e limitados os quais, na impossibilidade de se repetirem do modo como se manifestavam no mundo externo, acabam por se transformar naquilo que é possível no ambiente prisional, local avesso às manifestações singulares e espontâneas, de contornos disciplinares rígidos no qual, os atores do controle reeditam em suas práticas de gênero, a dominação masculinista e a heterossexualidade compulsória, expressas na discriminação, preconceito e violência de gênero.

Em complementariedade às performances de gênero a (sobre) vivência de mulheres trans no cárcere é solapada por atravessamentos raciais. Ser uma mulher negra, trans e encarcerada é experimentar alto grau de invisibilização e esquecimento social, ou seja, faz parte de uma minoria que se desdobra em outras.

Borges (2019) apontou dados precisos para expor que o Brasil ocupa o terceiro lugar mundial com o maior índice de pessoas presas, sendo que 64% dessa população é negra. Em síntese, a cada três sujeitos brasileiros encarcerados, dois são negros. O mesmo dado corresponde às prisões femininas que contabilizam um total de 37.380 pessoas presas.

Nesse sentido, Borges (2019, p.37) ressaltou a necessidade de questionarmos três aspectos fundantes e mantenedores da penalização majoritária da população negra: a “democracia racial”, a punição carcerária e a “opressão de gênero”. Assim, será possível romper com a ideia de um feminismo cis-heteronormativo, branco, elitista, eurocentrado e (re)criar feminismos plurais.

A racialização corresponde às estruturas nominativas, as quais servem aos dominadores (brancos) que exercem poder sobre sujeitos escravizados pelo imaginário social e pela ação direta do sistema político brasileiro. O cárcere é um recorte sublimado da escravização de corpos não desejados no meio social e que retroalimenta as estruturas remanescentes da colonização que configuram o nascimento (e a morte) do povo brasileiro. (BORGES, 2019)

Pensar sobre feminilidades trans encarceradas é, sobretudo, subverter a desconstrução proposta inicialmente pelo feminismo e pela causa LGBTQIA+ e lançar dimensões nas quais a crítica descolonial, antirracista e democrática é mobilizada em interconexão com a polissemia feminista. É no intercruzamento das construções sobre performances de gênero e da racialização no encarceramento feminino, que passamos às ideias sobre mulheres trans encarceradas, grupo no qual a maioria era negra.

2 O PROJETO COM AS TRANSEXUAIS ENCARCERADAS

O primeiro aspecto a ser considerado quando pensamos em transexuais encarceradas refere-se às garantias legais existentes na execução de suas penas privativas de liberdade. Data de 2006 a edição dos Princípios de Yogyakarta, que estabeleceram a aplicação de legislação internacional de atenção aos direitos humanos para a defesa da orientação sexual e identidade de gênero. Parece-nos que algumas legislações em nível nacional e regional mais recentes, podem ser consideradas como um tipo de resposta ao disposto nesses princípios internacionais.

O dispositivo jurídico mais antigo relativo à garantia de direitos de pessoas em condição de encarceramento em nosso país é a Lei de Execução Penal 7210/84. Embora considerada extremamente inovadora na época de sua promulgação, não apresentava indicativos específicos para o acompanhamento da população LGBTQIA+ durante a execução das penas privativas de liberdade e não os incluiu em suas alterações posteriores.

No início da vigência dessa lei, a preocupação mais evidente era o desenvolvimento de um programa individualizador que, de modo algum contemplava questões de gênero ou mesmo raciais. Implicitamente, o binarismo característico da heterossexualidade compulsória e o racismo estrutural mantinham-se negados no texto legal. Mesmo tendo se passado trinta e sete anos de sua edição, o atendimento às necessidades de mulheres trans e travestis encarceradas nas prisões brasileiras, sejam negras ou brancas, reedita, no cotidiano das relações instituídas, a condição de invisibilidade de gênero e racial a que elas estão submetidas.

Um exemplo específico da condição de ocultamento de mulheres trans encarceradas, aparece no último informe do DEPEN de 2020 (jan. a jul.) que apresenta o total de 713.967 homens e 36.999 mulheres no Brasil, sendo que, no Mato Grosso do Sul são 13.613 homens e 983 mulheres distribuídos pelas unidades do estado. Na Penitenciária de Dourados, na qual o trabalho com as mulheres trans foi desenvolvido, estavam presas 2.534 pessoas, sendo 61% de 18 a 34 anos, 64,6% negros e 100% indicados como “homens”. À época do estudo a população LGBTQIA+ era expressiva na unidade e, provavelmente ainda seja na atualidade, no que se refere às mulheres trans. Atualmente o levantamento aponta 32 vagas (celas) destinadas à esta população, mas admitimos ser um número que não garante às mulheres trans ali encarceradas o mínimo de dignidade.

Embora a menção de celas específicas para esta população possa ser entendida por alguns como expressão de cuidado com a classificação e individualização das penas, nos parece revelar, de modo subjacente a preocupação machista (e talvez racista) de delimitação de *territórios* entre os aceitos e os abjetos, assim como a impossibilidade de

assumir que performances de gênero distintas da cultura predominante passaram a ser uma realidade que exige do sistema penal modificações nas práticas instituídas.

O respeito a essas mulheres deixou de ser mera liberalidade para se tornar obrigação com a publicação da Resolução nº 01/2014 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação-CNCD/LGBT e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, mas não é possível considerar que a experiência concreta de encarceramento de mulheres trans e travestis seja aceitável. A transgeneridade é uma realidade nos presídios femininos e masculinos, mas nestes últimos torna-se evidente que aquelas que ali cumprem penas são significativamente mais invisíveis que as mulheres cis e os transexuais encarcerados em unidades femininas e se agrava, se forem negras.

Segundo Sanzovo (2017), são ainda insuficientes as resoluções e normas que apontem caminhos para o atendimento das transexuais e travestis encarceradas, ou que estabeleçam a criação de alas ou unidades LGBTQIA+ específicas. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro² contam com resoluções para atendimento ao grupo LGBTQIA+, embora, em nível nacional, e concretamente, *alas e celas exclusivas* para mulheres trans e travestis existam em raras unidades no estado de Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco.

A maioria das prisões masculinas brasileiras busca, de modo frágil e tímido, o enfrentamento dos problemas advindos do encarceramento de mulheres trans e cumprem, com resistência e baixa frequência, o essencialmente definido, ou seja, a permissão do uso de vestuário e chamamento nominal condizente com o gênero. Direitos mais complexos como visita íntima e atenção à saúde conforme definido na política nacional para as populações LGBTQIA+, ainda estão distantes de serem cumpridos. (SANZOVO, 2017).

Na Penitenciária Estadual de Dourados - MS, registrava-se, em 2018, a existência de duas celas – por vezes uma – por raio, para acolher essas mulheres. Manfrin (2013) e Sanzovo (2017), afirmam que os pontos críticos relativos a violação de direitos, referem-se à ausência de acesso à saúde, alimentação de qualidade e fornecimento de vestuário, de material básico de higiene e cuidados pessoais que apontam para a necessidade de mudanças com a adoção de políticas que minimizem os efeitos danosos da exclusão social dessas mulheres.

Pensando nessa realidade, em 2018 foi desenvolvido o Projeto de Extensão / *Grupo de Diálogos Trans-Femininos no Cárcere* inspirado no modelo do Grupo de Diálogos Universidade, Cárcere Comunidade – GDUCC, projeto de extensão da Faculdade de Direito da USP - SP, cujos resultados das atividades, apresentamos neste trabalho. O

² Resolução SAP - 11, de 30-1-2014 - Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário de SP e Resolução SEAP N° 558 de 29 de maio de 2015 – Diretrizes para população LGBT no sistema penitenciário do RJ.

pressuposto teórico fundamental do GDUCC é a reintegração social, entendida como uma via de mão dupla, ou seja, da sociedade que caminha em direção ao cárcere e do cárcere que caminha em direção à sociedade, numa proposta de integração mútua que tem no diálogo o ponto de intersecção fundamental entre os grupos.

Importante ressaltar que em sua proposta básica o GDUCC compreende que o autor de um comportamento criminoso qualquer não é o único responsável por ele.

Todo o contexto, toda a malha das interações sociais é corresponsável. Dessa forma, o indivíduo é, não propriamente autor, mas um **ator situado** [...] isto é, um ator interagindo com outros autores, dentro de um contexto” (SÁ, 2013, p. 30).

Assim como a proposta do GDUCC, projeto que desenvolvemos na Penitenciária de Dourados – PED, durante 2018, tinha caráter interdisciplinar e, como principal objetivo, criar espaço de diálogo franco, sincero, horizontal, ético e democrático entre mulheres transexuais e travestis encarceradas, representantes da universidade e da comunidade da cidade. Foi um projeto inédito e, como tudo que *transgride* ao conservador e típico da heteronormatividade compulsória no ambiente prisional, enfrentou os percalços da novidade. Nas palavras de Sá (2013, p. 47) “[...] o início do projeto no cárcere não é garantia de sua continuidade. Ao contrário, a permanência de pessoas externas à dinâmica prisional, depende da capacidade delas de ‘jogar o jogo da prisão’, e de possuir capitais sociais e simbólicos valorizados nesse jogo.”

A proposta metodológica do projeto na Penitenciária de Dourados foi relativamente simples e consistiu na realização de reuniões grupais quinzenais entre transexuais e travestis encarceradas, alunos, professores da UFGD e técnicos da unidade prisional, com duas horas de duração. A frequência das transexuais aos encontros, inicialmente pequena, mas que se estabilizou com a presença de um grupo frequente, representou uma importante conquista, que necessitou de dois anos até sua implantação e indica um modo possível para trabalhar com este grupo de pessoas.

Para que chegássemos a este formato de intervenção foram necessárias várias conversas que buscavam evidenciar a importância da ação junto às mulheres trans e travestis, especialmente no que se refere à garantia de direitos à assistência e à possibilidade de promover saúde mental. No entanto, para todos que participaram dos encontros foi assegurada a possibilidade de *aprender a dialogar com as diferenças*, ressignificar posturas, pensamentos, emoções, sentimentos e ampliar a consciência sobre a dinâmica do encarceramento e o que ela produz.

A abordagem teórica envolvida na condução e compreensão de alguns fenômenos psicológicos grupais foi referenciada nos Grupos Operativos de Pichón-Rivière (1988), especialmente as relacionadas aos conceitos de *tarafa* que envolve todos num mesmo

grupo e de *processo dialético* [e dialógico, entendemos] *de trocas*, ou seja, a aprendizagem nos grupos ocorre num contínuo movimento de estruturação, desestruturação e reestruturação no qual, cada nova descoberta é disparadora de novos recomeços e ampliação do conhecimento entre todos. Entraves ao diálogo foram interpretados como manifestação de opiniões cristalizadas de todos e cada um dos membros do grupo, as quais afastaram, em alguns momentos, as possibilidades de conhecimento interpessoal (BOSI, 2003) ou ainda como resultado de compreensão equivocada das manifestações relativas ao gênero (BUTLER, 2017).

Com relação aos procedimentos adotados, o alcance máximo de participação pensada para o projeto foi, inicialmente de 30 pessoas, sendo 15 mulheres trans e travestis e 15 pessoas da comunidade externa. Na proposta que desenvolvemos, o primeiro encontro foi o momento de conhecer objetivos, estabelecer enquadre básico entre participantes e decidir, em conjunto, temas de interesse comum a todos para os *diálogos*, em cada encontro, ao longo do ano, sendo prevista a inclusão/exclusão de temas no processo.

Cada encontro requeria a apresentação de uma alternativa de vivência do tema escolhido para aquela data que era operacionalizada, por meio de uma dinâmica de grupo que deveria incluir a totalidade de participantes, seguida de um diálogo no qual todos manifestassem o que pensaram e como se sentiram. Também estava prevista como procedimento, a alternância na condução do grupo, ou seja, a cada encontro a coordenação da dinâmica que antecedia os diálogos era efetivada, ora pelas mulheres trans e travestis – que foram auxiliadas pela psicóloga da unidade, também membro do grupo; ora pelo grupo externo, que planejava a atividade, nos encontros de supervisão quinzenais. Nesses encontros os participantes refletiam sobre o encontro realizado, elaboravam interpretações a partir dos referenciais teóricos e planejavam encaminhamentos quando necessário.

Os resultados obtidos com o trabalho podem ser considerados tímidos diante da multiplicidade de significações que podem encerrar a experiência da transexualidade feminina na condição de encarceramento, mas diante da novidade que ela representa, e até onde pudemos chegar, permitem considerar que realizamos um trabalho satisfatório. Tendo iniciado as atividades em abril de 2018, realizamos, apesar de suspensões em decorrência de problemas na unidade, 12 encontros.

Concebido para acolher um número maior de pessoas, contamos com a participação regular de 09 transexuais, embora existissem 16 mulheres transexuais autodeclaradas e identificadas pela instituição, 07 alunos de graduação, 01 professora da UFGD, 01, uma técnica da UFGD e 01 técnica da unidade prisional. Durante um pequeno período participou do grupo o parceiro de uma transexual. Embora tivéssemos

interesse no equilíbrio do número de participantes isto nem sempre foi possível. Os temas trabalhados nos encontros foram, amizade, ciúmes, música, trabalho, vícios, transexualidade encarcerada, sentimentos, preconceito, sexo e orientações afetivo-sexuais, sonhos de mulher, os sentidos do feminino, saudades.

O processo de romper com o silenciamento imposto às transexuais e travestis e escutá-las; responder o que pensávamos e sermos ouvidos, numa troca que objetivava diálogo horizontal e espontâneo, com a liberdade de *cada um ser quem era*, foi um processo relevante no aprendizado das trocas entre pessoas diferentes que vivem em condições diferentes, mas que são em muitos sentidos, inseridas num mesmo quadro de produção ideológica de sentidos, especialmente os relacionados às concepções de gênero. Desenvolver respeito e empatia pela história de cada um requereu o exercício singular de abertura ao outro que não foi um processo fácil inicialmente dadas as condições de estranhamento diante do novo (BOSI, 2003).

Algumas mulheres trans compareceram uma vez e não retornaram, deixando claro que não é fácil desenvolver confiança e que a participação num grupo pode ser mediada ou controlada por outros interesses não previstos. Em alguns casos, a desistência estava relacionada com o horário de trabalho na unidade, que coincidia com o horário do grupo; em outros a rixas entre participantes – uma realidade nas prisões – inviabilizava a participação de alguma delas, mas o fato de estarem em cumprimento de castigo ou o impedimento do parceiro por ciúmes, também foram apontados como causas de abandono da proposta. Fato relevante foi a inclusão no grupo do marido de uma delas, que deixou de “[...] fiscalizar minha garota” para ser *membro do grupo*. Ele representou temporariamente no grupo a voz da heteronormatividade conflitada por amar *uma mulher diferente* e por querer “[...] entender o que acontece na cabeça dela e na minha também.”

Muitas foram as manifestações das mulheres trans encarceradas que nos permitiram compreender, como propõe Butler (2017) que gênero é um estilo corporal, um ato que é ao mesmo tempo intencional e performativo. Na prisão, a transgressão que rompe com a heterossexualidade compulsória é absolutamente visível em fluidas e distintas performances de gênero. Cláudia³ se sente *mulher*, tem um *marido* e uma *sogra* que a adora. Seu *sonho*, enquanto *mulher* é sair e viver com Carlos, numa relação que performa não só o *par sexual* como a *família* estabelecida em concepções *heteronormativas*.

Cinthia, admite que o *sonho de toda mulher* é *casar e ter uma casa*, mas por repetidas vezes falou que prefere “[...] ser *sozinha*”, sendo ainda desmentida por Cláudia, sua melhor amiga, que afirma que Cinthia “[...] tem *dedo podre para homens*”, pois invariavelmente escolhe no presídio “[...] *homens casados que não querem ficar com ela*”.

³ Os nomes das mulheres trans e do companheiro mencionados nos exemplos são fictícios.

Cinthia e Cláudia, confirmam que o *feminino nelas* apresenta registros do modelo binário e evidencia a reprodução de posicionamentos machistas. Em outros momentos, essas duas mulheres trans, se trataram mutuamente por “[...] *bicha*” ou “[...] *poc*” evidenciando a presença de outros modelos performáticos derivados da heteronormatividade em suas manifestações de gênero.

Fátima é expressivamente a mais sensível do grupo, suas performances incluíam *falar de sentimento* e *chorar* diante de todos, mas é também a que menos evidencia, nas roupas ou próteses, um estilo performático que deixasse mais evidente o *feminino* nela. Roupas e cabelos, são registros performáticos apontados por quase todas as mulheres trans do grupo como aquilo que pode identificar o *feminino em cada* uma. Fátima veste-se com roupas disponibilizadas aos *homens presos* e, embora tivesse cabelos longos que assumia como marca de sua feminilidade, em um dos encontros, de modo surpreendente, aparece com os cabelos muito curtos. Quando questionada sobre o porquê havia cortado o cabelo, relata que *foi desafiada* pelo seu companheiro que “[...] *duvidava que ela tivesse coragem de cortá-los*”, os deslocamentos performáticos entre o que pode ser visto em sua superfície como *masculino* ou *feminino* revelaram outras expressões do binarismo.

A fluidez com que as performances de gênero apareceram na transgeneridade encarcerada foi notável. Dentro do presídio, local de absoluta repressão e heteronormatividade compulsória, espaço no qual as celas para trans são restritas, não apareceu a manifestação de um desejo de transferência para uma unidade prisional feminina. Esta possibilidade na realidade foi admitida como indesejável. Veio de Cinthia a mais incrível revelação que aponta para outros deslocamentos de suas performances de gênero. Para ela, imaginariamente, a transferência carrega a possibilidade de serem chamadas a responder às necessidades de proteção e desejo sexual das mulheres presas e, portanto, performar o gênero como homens heterossexuais, ou seja, *seu pênis seria usado como o pênis de um homem*, elas teriam que “[...] *meter em mulheres*”, embora possam penetrar e serem penetradas por homens.

Outros diálogos permitiram conhecer também os problemas das mulheres trans numa prisão masculina, ou seja, discriminação por parte de outros internos, queixas da inexistência de mulheres para conversar e confidenciar, dificuldades de acesso a artigos simples como cosméticos e vestuário, ou aos mais complexos como a ingestão de hormônios e aplicação de silicone, os quais, aparentemente, validam a performance de gênero não só no cárcere.

A quase impossibilidade de acesso a estes elementos pela maioria delas, delimita o padrão de feminilidade a ser performado e elas se ressentiram do fato. O *feminino nelas*

foi performedo em maior grau nos discursos, nas emoções, nos sonhos e planos a serem vivenciados quando saírem da prisão.

As dificuldades do grupo externo, na experiência dos encontros, centraram-se num *conflito de postura*, pois é comum nos aproximarmos de pessoas encarceradas com propósitos *colonizadores e eurocentrados*, tais como, ser psicoterapeuta, dar conselho, ministrar curso, ao invés de apenas estarmos próximos e *dialogarmos com elas*, termos uma experiência de encontro *humano e horizontal* de modo a atingirmos alguma consciência de nossas próprias determinações e bloqueios diante de pessoas que *transgrediram* com o socialmente determinado, não apenas na prática de um delito, mas com performances reelaboradas a partir de uma heterossexualidade compulsória e que não se deixam classificar simplesmente como homens ou mulheres.

Nos encontros do grupo externo, o desafio foi superar posturas academicistas e pré-formadas sobre o que significava para elas *ser uma trans* e estarem encarceradas ou como atingir um diálogo verdadeiro, a partir de experiências humanas comuns entre todos.

3 CONCLUSÃO

O projeto foi uma oportunidade para todos os participantes do grupo de exercitarem a compreensão da diversidade humana e sua incrível complexidade. Em distintos momentos, menos importava *quem* cada um era, ou de onde vinha, a tônica se deslocava para o *como* cada um poderia *estar* na relação com o outro. Embora pudéssemos num exercício compreensivo identificar performances de gênero presentes nas relações que construíam alguma intimidade possível entre todos, o mais relevante, na realidade foi verificar que além das diferenças, existe a humanidade comum. Foram muitas as vezes que rimos de nós mesmos, que esperamos que alguém parasse de chorar, que nos cumprimentamos com abraços e um toque de rostos que simulava o beijo possível.

O maior desafio não foi identificar diferenças, mas construir possibilidades dialógicas que nos aproximassem e que permitissem que caminhássemos para além das meras opiniões que tínhamos sobre quem era quem e *porquê*. A possibilidade de conhecimento e de (re)conhecimento do outro, requereu o abandono de certezas, ação nem sempre possível se não nos permitimos estabelecer um caminho de aproximação que rompa com o familiar e usual. A experiência de encontro com as transexuais encarceradas foi desafiadora, porém gratificante. O projeto, de caráter inédito à época num presídio do MS apontou para a possibilidade de ser desenvolvido em outras unidades e inspirador de pesquisas e publicações no âmbito da transgeneridade encarcerada. Os resultados obtidos garantiram a aprovação da execução de uma nova versão da proposta

pela universidade, no entanto, a resistência, comum observada nas práticas e discursos instituídos nas prisões impediu que em 2019 e nos anos seguintes, agora na experiência da pandemia, que a proposta continuasse. Fica então o desejo de que pessoas se interessem também, por esta causa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 144 p. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

BOSI, E. **Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atheliê Editorial, 2003.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública (comp.). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/sisdepen>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução Conjunta N° 1**, de 15 de abril de 2014. Diário Oficial da União, Presidência da República, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. DF, 17 abr. 2014, n° 74, Seção 1, Pág. 1)

BUTLER, J.P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

CORTELLA, M.S.; DE LA TAILLE, Y. **Nos labirintos da moral**. 11 ed. ampl. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2017.

INDONÉSIA. **Princípios de Yogyakarta**. Princípios sobre a aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Tradução para o português: Jones de Freitas. Apoio para versão em português: Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch), 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf Acessado em 29/10/2017.

MANFRIN, S.H. **Diversidade sexual no sistema prisional**: Um olhar sobre o preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual a partir da penitenciária “Wellington Rodrigo Segura” de Presidente Prudente/SP. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina, PR, 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Trad. Marco Aurélio Fernandez Vellozo; revisão Monica S.M. da Silva. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PSICITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H.B.; SZWAKO, J.E. (Org.) **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Resolução SEAP N° 558**. Estabelece Diretrizes e Normativas para o Tratamento da População LGBT no Sistema Penitenciário do Estado do Rio De Janeiro. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=06ddbcbca-6d38-4d92-a359-61c875320b80&groupId=132926 Acesso em 13/09/2016.

SÁ, A.A. **GDUCC**: Uma estratégia de reintegração que visa à inclusão social. [Capítulo 1]. In: **GDUCC**: grupo de diálogo universidade-cárcere-comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere [S.l: s.n.], 2013. Disponível em <http://bdpi.usp.br/item/002859894> Acesso em 15/10/2016.

SÁ, A.A. **GDUCC**: Apresentação, trajetória e algumas reflexões. [Capítulo 2]. In: **GDUCC**: grupo de diálogo universidade-cárcere-comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere [S.l: s.n.], 2013. Disponível em <https://turmadireitofmusala07.files.wordpress.com/2015/10/capitulo-2-apresentac3a7c3a3o-trajetoria-e-algumas-reflexc3b5es.pdf> Acesso em 15/10/2016.

SANZOVO, N. M. **O lugar das trans* na prisão**: Um estudo comparativo entre o cárcere masculino (São Paulo) e alas LGBT (Minas Gerais). 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, SP, 2017.

SÃO PAULO. **Resolução SAP n° 11**. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. São Paulo. Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, 2014. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf> Acesso em 12/07/2015.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

BRUNA BEJARANO - Bacharel em Ciências da Comunicação - Jornalismo (2012) e Bacharel em História da Arte (2018), ambos pela Florida International University (Miami) e Mestre em Educação para as Artes pela Florida University (Gainesville). Tem mais de 10 anos de experiência profissional como comunicadora de massa, apoiando e coordenando uma ampla variedade de atividades relacionadas à mídia e marketing em empresas como Baptist Health South Florida, Grupo KSG, GMG Marketing Company, Museu Rubell e Borboleta Music. É Diretora de Criação da Coffee Table Productions e Editora de Arte da Editora Artemis.

VIVIANE CARVALHO MOCELLIN - Mestre em Engenharia da Produção com ênfase em Recursos Humanos e Psicologia Organizacional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialista em Gestão Industrial (UTFPR). Graduada em Psicologia (Universidade Internacional da Flórida), Direito (PUC-PR) e Letras Português-Inglês (UTPR). Atualmente, é sócia-administradora da empresa Mocellin Assessoria Pedagógica Ltda. e Editora Executiva da Editora Artemis.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 68, 70, 72, 91, 96

Arte 1, 8, 22

Autoritarismo médico 39, 43

D

Direito e saúde 39

Discriminação 29, 31, 35, 37, 48, 49, 52, 54, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 72, 74, 77, 84, 90, 98

E

Educação 50, 52, 53, 65, 67, 68, 71, 75, 80, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 102

F

Feminismo 1, 23, 29, 37, 66, 90, 103

Formação em Psicologia 93, 96, 98, 103

G

Gênero 1, 2, 8, 9, 10

Gênero 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Gênero e sexualidade 74, 91, 93, 96, 103, 104

I

Identidade 1, 2, 5

Identidade de gênero 12, 14, 17, 20, 21, 30, 37, 79, 83, 88, 91, 99

M

Mulheres líderes 48, 49, 53, 58, 63, 65

P

Práxis social 12, 14, 15, 22

Prisões 25, 29, 30, 31, 34, 37

Q

Queers 1

R

Raça 27, 48, 49, 51, 52, 55, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 82, 88

T

Teoria Queer 91, 93

Trajetória profissional 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 61

Transexualidade feminina 25, 33

Transfobia 12, 14, 15, 16, 18, 22, 23

Transgênero 12, 16, 17, 23, 99

V

Violência obstétrica 39, 40, 42, 41, 44, 46, 47



**EDITORA
ARTEMIS**